MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

EDITAL Nº 02/2018

O Presidente da Comissão do XV Concurso para Promotor de Justiça Substituto do Estado da Paraíba, Dr. José Roseno Neto, nos termos do que dispõe o item 22.15 do Edital Nº 01/2018, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado da Paraíba, edição do dia 21/06/2018, torna público, para o conhecimento de todos os interessados, que os Capítulos 4, 5, 6, 13 e 22, o Anexo I do referido edital, no tópico da área de conhecimento de Direito Processual Civil, bem como o Anexo II (Cronograma das Provas e Publicações), passarão a vigorar com as seguintes redações, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do mencionado edital.

CAPÍTULO 4

4.2 As inscrições ficarão abertas, exclusivamente, via *Internet*, no período das 10 horas do dia **26/06/2018** às 14 horas do dia **25/07/2018** (horário de Brasília), de acordo com o item 4.3 deste Capítulo.

CAPÍTULO 5

5.2.3 O primeiro candidato com deficiência classificado no Concurso será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, relativa ao cargo para o qual concorreu, enquanto os demais candidatos com deficiência classificados serão convocados para ocupar a 20ª, 30ª e a 40ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do Concurso.

.

5.6.1.2 O candidato cujo laudo seja considerado inválido ou tenha a solicitação indeferida poderá consultar por meio de link disponível no site **www.concursosfcc.com.br** os motivos do indeferimento e poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação indicada no item 5.6.1, vedada a juntada de documentos.

5.8 As instruções para envio do laudo médico no *link* de inscrição do Concurso, conforme disposto no item 5.5 deste Capítulo, estarão disponíveis no *site* da Fundação Carlos Chagas.

CAPÍTULO 6

6.12.5 Na hipótese de o candidato aprovado, tanto na condição de negro quanto na de pessoa com deficiência, ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro, ou optar por esta, na hipótese do item 6.12.2, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao candidato com deficiência.

CAPÍTULO 13

13.2 As aplicações das Provas estão previstas para:

(a) Prova Preambular (Objetiva): dia **09/09/2018**, no período da manhã;

13.19 Será excluído do Concurso Público o candidato que:

d) não apresentar documento que bem o identifique, nos moldes do item 13.9 deste Edital;

CAPÍTULO 22

22.9 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de

candidatos, valendo para tal fim o boletim de desempenho disponível no endereço eletrônico da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), conforme item 22.7 deste Capítulo, e a publicação do Resultado Final e homologação.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CIVIL

Ponto 02: Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). Disposições finais e transitórias do Novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigação indivisível. Efeitos do Contrato. Compra e venda. Contrato estimatório. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, comanheiro e colaterais. Sucessão do Estado.Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ponto 01: Teoria Geral do Processo. Lei processual: eficácia, fontes e interpretação. Princípios informativos e constitucionalismo do Processo Civil. Jurisdição e ação. Competência interna: disposições gerais; modificação da competência; da incompetência; da cooperação nacional.

Ponto 02: Dos sujeitos do Processo: das Partes e dos Procuradores: capacidade processual, deveres das partes e de seus procuradores. Responsabilidade das partes por dano processual. Da gratuidade da justiça. Dos Procuradores. Da sucessão das partes e dos procuradores.

Ponto 03: Do litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros: da assistência simples e litisconsorcial, da denunciação da lide; do chamamento ao processo; do incidente de desconsideração da personalidade jurídica; do *amicus curiae*.

Ponto 04: O Ministério Público no Processo Civil: conceito, funções e legitimações, posições, poderes, deveres e responsabilidades. Impedimento e suspeição. Conflitos de atribuições. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Do Juiz: poderes, deveres e responsabilidade; impedimentos e suspeição. Dos auxiliares da Justiça. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública.

Ponto 05: Dos atos processuais: da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais: disposições gerais; citação; cartas precatória, rogatória e de ordem. Das intimações. Das nulidades. Do valor da causa.

Ponto 06: Da tutela provisória: disposições gerais. Da tutela de urgência. Da tutela da Evidência. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. No procedimento da tutela antecipada e da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.

Ponto 07: Do Processo de Conhecimento. Procedimento comum: petição inicial; do pedido; do indeferimento da petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da conversão da ação individual em ação coletiva.

Ponto 08: Da audiência de conciliação ou de mediação. Da Contestação. Da reconvenção. Da revelia. Das providências preliminares e do saneamento. Do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das provas: disposições gerais e das provas em espécie.

Ponto 09: Da sentença e da coisa julgada. Da liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução: disposições gerais. Execução para a entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer ou não fazer. Execução por quantia certa: disposições gerais; da penhora, do depósito e da avaliação; da expropriação de bens. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Alimentos. Dos embargos à execução.

Ponto 10: Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; ação de exigir contas; ações possessórias; ação de dissolução parcial de sociedade. Do inventário e da partilha. Dos embargos de terceiro. Das ações de família. Da ação monitória. Dos procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais; da alienação judicial; do divórcio e da união estável; alteração do regime de bens do matrimônio. Dos testamentos e codicilos; herança jacente; dos bens dos ausentes; da interdição; disposições comuns à tutela e à curatela.

Ponto 11: Da ordem dos processos nos tribunais. Do incidente de assunção de competência. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Da ação rescisória. Dos recursos: disposições gerais. Recursos em espécie: apelação, agravos de instrumento e interno, dos embargos de declaração. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Técnica de julgamento estendido aos julgados não unânimes.

Ponto 12: Do mandado de segurança individual e coletivo. Ação civil pública. Ação popular. Lei de improbidade administrativa. Normas processuais no Código de Defesa do Consumidor, no Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso e no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF) sobre matéria processual. Recursos Especiais

Repetitivos sobre matéria processual.

Bibliografia adotada:

DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil - Editora JusPODIVM, (2018) - 20ª edição revista, ampliada e atualizada.
MARINONI, Luiz Guilherme et ARENHART, Sérgio Cruz et MITIDIERO, Daniel: Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil - 3ª Ed., 2017. Editora Revista dos Tribunais.
WANBIER, Teresa Arruda Alvim; MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil Artigo por Artigo*. 2. ed. 2016.

ANEXO II

CRONOGRAMA DAS PROVAS E PUBLICAÇÕES

Prova Preambular	09/09/2018
Divulgação do Gabarito e das Questões da Prova Preambular	10/09/2018

João Pessoa, 29 de junho de 2018

José Roseno Neto